

AS VIVÊNCIAS DE LAZER NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

Luciano Pereira da Silva
Joelson de Melo Alves

RESUMO

O lazer, um dos componentes responsáveis pelo desenvolvimento pessoal e social, deve ter sua vivência estimulada por políticas públicas. Entretanto, tais políticas frequentemente têm seus efeitos limitados porque não são subsidiadas por um conhecimento prévio do comportamento da população em relação ao lazer. Desse fato decorre o não alcance de todas as potencialidades daquela prática; ou ainda propostas vazias de adesão (que podem culminar na má aplicação de verbas públicas que não diminuem as reivindicações por lazer). Nesse sentido, esta pesquisa buscou construir um diagnóstico das práticas de lazer da população urbana da cidade de nortemineira de Montes Claros.

Palavras chaves: lazer, políticas públicas, cidade.

ABSTRACT

Leisure, one of the components responsible for personal and social development, must have its experience stimulated by public policies. However, such policies often have limited effects because they are not subsidized by a prior knowledge of the population behavior related to leisure. This fact doesn't reach the full potential of this practice, or even empty proposals of adhesion (which can lead to misapplication of public funds that do not diminish the demands for leisure). Accordingly, this research sought to build a diagnosis of the population practices of leisure of a city in the North of Minas Gerais (Montes Claros).

Keywords: leisure, policies publics, city.

RESUMEN

El lazer, uno de los componentes responsables por el desenvolvimiento personal y social, debe tener sua vivencia estimulada por las políticas públicas. Entre tanto, tales políticas frequentemente tienen sus efectos limitados porque no son subvencionadas por un conocimiento previo del comportamiento del pueblo. De ese fato decorre al no alcance de todas las potenciabilidades de aquelas prática; o todavia propuestas que pueden culminar en la mala aplicación de verbas públicas que no disminuyen las reivindicaciones por el lazer. Naste sentido, esta pesquisa busco construir un diagnóstico de las prácticas del lazer de la población de la ciudad de Montes Claros.

Palabras-claves: lazer, políticas públicas, ciudad.

Introdução

O advento do processo de urbanização, fruto de uma série de acontecimentos políticos e econômicos, reelabora a estrutura social, originando novos hábitos e atitudes, determinando certas relações sociais outrora inexistentes. Aspectos como gênero, espaço, faixa etária, meios de comunicação, família e outros são profundamente alterados a partir dos construtos sociais que se inauguram e passam a ser vigentes.

Várias foram as formas de organização do espaço urbano através da História. Numa primeira análise, a História das cidades, se consideradas no mesmo país e no mesmo tempo histórico, parece que se repete; do pequeno arraial para o distrito e à fundação do município, passando pela construção da igreja, do cemitério, dos bairros; normalmente desenvolvem atividades agrárias e comércio de pequeno porte para, enfim, desenvolverem o centro urbano e a industrialização. Se é verdade que em alguns pontos as cidades crescem de forma mais ou menos igual, também é verdade que em outros os municípios guardam peculiaridades inconfundíveis. Nesse sentido, faz-se urgente estudar a história de municípios do interior do país ainda desconhecidos para a compreensão das organizações urbanas do Brasil.

De forma geral, informações acerca de diferentes municípios brasileiros têm sido divulgadas em dois tipos de trabalhos: os produzidos no seio da academia, com maior ou menor rigor metodológico, sobretudo para conclusões de Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado; e os que chegam ao público como fruto da demanda da população local em conhecer sua própria história. Esta pesquisa tem a ambição de inserir-se nos dois campos mencionados, ou seja, incorporar o rigor metodológico da produção científica acadêmica e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que informe políticas sociais com vistas à melhoria de vida da população de Montes Claros em geral.

Inserir-se esse estudo, portanto, no campo da História das organizações urbanas. Diante da vasta possibilidade temática permitida pelo assunto, elegemos como tema central dessa pesquisa as atividades e políticas de lazer, tidas unanimemente como necessárias em um ambiente urbano cada vez mais marcado por relações capitalistas individualizantes de produção.

Dimensionar as diversas concepções de lazer que se interagem na cidade (como a do poder organizado, das organizações da sociedade civil e a do indivíduo) é colaborar para a compreensão histórica da identidade, da memória e das ambições futuras da população do município em questão. Afinal, como já lembrou Olgária Matos (1994), único campo válido da experiência moderna, a cidade é o corpo onde se inscrevem emoções e paixões, experiências intransmissíveis e singulares.

O lazer é um dos componentes responsáveis pelo desenvolvimento social, podendo comprometer-se com intervenções sócio-políticas, que tanto podem perpetuar as circunstâncias sócio-culturais-históricas, como contribuir para o aprimoramento do indivíduo. Assim, enquanto direito social constitucional, e mais ainda, como uma possibilidade efetiva de manifestação do caráter lúdico, que transforma e recria, o lazer deve ser oportunizado a todos, não de maneira alienante, como “pão e circo”, que sustenta e mantém o *status quo*, mas como instrumento real de crescimento e transformação. Logo, compreender as relações que o lazer empreende em um determinado espaço social se configura como fator essencial para o desenvolvimento de qualquer sociedade.

Neste sentido, esta pesquisa procurou elaborar um diagnóstico das práticas de lazer da população urbana da cidade de Montes Claros, investigando as práticas de lazer incentivadas pelo poder público. Espera-se, por fim, construir documento que possa vir a subsidiar as políticas de intervenção na área do lazer em Montes Claros. Esta investigação, faz parte de pesquisa mais ampla ainda em desenvolvimento financiada pelo CNPq e realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa do Lazer – LUDENS vinculado à Universidade Estadual de Montes Claros.

As políticas públicas e o conhecimento das vivências de lazer

As ações governamentais direcionadas para a promoção da prática do lazer frequentemente esbarram no problema da falta de conhecimento, por parte dos executores dessas políticas públicas, da real situação de determinada população com relação às vivências do lazer. Normalmente também são pensadas sem estudos anteriores que levantem a história de determinada comunidade, seus anseios, sua percepção identitária, bem como suas reais necessidades, tendo em vista o potencial formativo do lazer. Com isso, as intervenções públicas ou de caráter privado não são subsidiadas pelo conhecimento prévio das práticas de lazer realmente vivenciadas pelos diferentes grupos que compõem determinada população e dos interesses da população com relação à fruição do lazer. Desse fato decorre o não alcance de todas as potencialidades daquela prática; ou ainda propostas vazias de adesão (que podem culminar na má aplicação de verbas públicas que não diminuem as reivindicações populacionais por lazer).

O lazer, entendido como o conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para adquirir informação ou aprimorar formação de forma desinteressada, participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações (DUMAZEDIER, 1980) possui diversas possibilidades. O conhecimento das práticas de lazer de uma determinada população é imprescindível para a formatação das políticas públicas que visam democratizar o acesso ao lazer e construir espaços de sociabilidade. Além disso, diagnosticar tais práticas permite avaliar se a população tem acesso aos diversos conteúdos do lazer, sendo portanto, respeitada em seus direitos constitucionais.

Para Dumazedier (1980), os conteúdos do lazer podem ser estabelecidos a partir da distinção entre o que se busca de forma preponderante no desenvolvimento das várias atividades. Assim, os conteúdos do lazer são divididos em seis áreas fundamentais: os interesses artísticos, os intelectuais, os físicos, os manuais, os sociais.

De acordo com Marcellino (2002), conhecido teórico dos estudos do lazer que abarcam interdisciplinariedade entre Educação Física, Sociologia e Turismo, o campo de domínio de cada área de interesse do lazer pode ser assim entendido:

- Interesses artísticos: o campo de domínio é o imaginário e seu conteúdo é estético. Abrangem todas as manifestações artísticas;
- Interesses intelectuais: o que se busca é o contato com o real, as informações objetivas e explicações racionais. Como exemplos, podemos citar a participação em cursos e a leitura;
- Interesses físicos: atividades onde prevalecem o movimento, como as práticas esportivas, os passeios, a pesca;
- Interesses manuais: relacionado à capacidade de manipulação, para transformar objetos ou lidar com a natureza. São exemplos o artesanato e a jardinagem;
- Interesses turísticos: é a busca de novas pessoas e costumes através da quebra da rotina temporal e espacial. Passeios e viagens constituem exemplos;
- Interesses sociais: manifesta-se pela procura fundamental do relacionamento, do convívio social. Os bailes e outros pontos de encontros são exemplos.

Se levarmos em consideração uma outra área do conhecimento – a História – esta pesquisa se enquadra na chamada história do tempo presente, cujo recorte é “contemporâneo em relação ao historiador, mas prescinde do seu envolvimento nos

acontecimentos ou na sociedade que está sendo analisada”, conforme José D’Assunção Barros (2004, p. 146).

Para Jacques Le Goff (1999), a história do tempo presente se diferencia da história dos períodos anteriores em três aspectos: a) “por causa dos documentos e das fontes”, b) por causa da “subjetividade que se impõe” nessa abordagem e c) pela “ignorância do futuro”. Quanto a primeiro ponto, o autor observa que, em virtude dos meios de comunicação, as fontes para o historiador do presente são muito abundantes, o que ao invés de facilitar a vida do pesquisador pode complicá-la, exigindo mais rigor e cuidado tanto na seleção quanto na própria utilização das mesmas. Em relação ao segundo ponto, apesar de o peso da subjetividade ser algo mais intenso nos estudos de temas mais contemporâneos, é amplamente reconhecido hoje a inevitável vinculação sujeito-objeto em qualquer tipo de pesquisa. O último ponto é o desconhecimento do futuro, isto é, diferentemente dos historiadores que tratam de temas “antigos”, o historiador do tempo presente não possui o benefício de conhecer os desdobramentos posteriores ao recorte temporal que ele estabeleceu. Neste caso, trata-se de um problema incontornável. Por outro lado, elimina-se por completo, nessas abordagens qualquer risco de anacronismo. De qualquer forma, como afirmam Serge Bernstein e Pierre Milza (1999, p. 129), sem ignorar suas especificidades, “a história do presente é primeiramente e antes de tudo história.”

A análise das vivências de lazer da população de Montes Claros passa, necessariamente, pela discussão da história recente do município, a saber, o período compreendido entre a redemocratização dos primórdios dos anos 1980 e a atual administração pública. Nos anos 1980, a economia local e, em certa medida regional, ainda vivia os impulsos gerados pela industrialização incentivada pela SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Este mecanismo – os incentivos fiscais – viabilizou uma significativa mudança nas estruturas produtivas de Montes Claros, fazendo-a transitar de uma economia de base agropecuária, para uma economia de base urbana, que tem nos setores secundário e terciário suas principais fontes de renda e absorção de mão-de-obra (OLIVEIRA, 2000). Os anos 1990 e 2000 foram marcados por uma nova redefinição na economia, especialmente pelo crescimento do setor de serviços, que reforça o papel de Montes Claros como pólo regional, notadamente no fornecimento de serviços como educação superior e saúde.

Do ponto de vista social e político, as transformações ocorridas a partir de 1980 foram também significativas. É possível que a mais relevante tenha sido a emergência de uma razoável organização da sociedade civil¹ local, aspecto que compelia as lideranças políticas a um repensar de suas estratégias de conquista e exercício do poder no município.² É possível que essa nova configuração social e política tenha exercido, sobre as políticas públicas, a exemplo dos planos plurianuais exigidos pela Constituição de 1988, algum tipo de condicionamento. É no bojo desse processo histórico que esta

¹ Sociedade Civil aqui pensada nos termos de Antonio Gramsci. GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere* – volume 1 e 5. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. Acerca da emergência da sociedade civil em âmbito nacional, a partir dos anos 1970, ver COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

² Ver PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. Tese (Doutorado em História), FFLCH, Universidade de São Paulo/USP. São Paulo, 2007 e FERREIRA, Marcelo Valmor. *Cidades de Porte Médio e Populismo: Montes Claros, um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em História), FAFICH-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

pesquisa também objetivou investigar a construção e implementação de políticas públicas para o setor de lazer em Montes Claros. Entretanto, neste trabalho que ora apresentamos, concentrar-nos-emos somente no diagnóstico das vivências de lazer.

Para que exista a vivência dos diversos conteúdos do lazer, é necessário que o conhecimento sobre essas possibilidades seja estimulado. Além disso, a prática do lazer também é entendida como um componente educativo, podendo contribuir para que o indivíduo construa seu conhecimento. Para Marcellino, o lazer possui um duplo aspecto educativo: lazer enquanto veículo de educação, lazer enquanto objeto de educação, ou seja, educar para e pelo lazer. Para o autor:

Tanto cumprindo objetivos consumatórios, como o relaxamento e o prazer propiciados pela prática ou pela contemplação, quanto objetivos instrumentais, no sentido de contribuir para a compreensão da realidade, as atividades de lazer favorecem, a par do desenvolvimento pessoal, também o desenvolvimento social, pelo reconhecimento das responsabilidades sociais, a partir do aguçamento da sensibilidade ao nível pessoal, pelo incentivo ao auto-aperfeiçoamento, pelas oportunidades de contatos primários e de desenvolvimento de sentimentos de solidariedade (MARCELLINO, 1998, p. 57).

Pesquisa realizada pelo IBGE (2003) em parceria com o Ministério dos Esportes levantou diversos dados sobre a gestão do esporte nos municípios brasileiros. Em Montes Claros, constatou-se, por exemplo, a manifestação do esporte e lazer em eventos pertencentes ao calendário esportivo do município. Além disso, foi aferido que no ano de 2002, Montes Claros possuía 9 equipamentos esportivos (ginásios e estádios). Entretanto, esses dados não mostram de que maneira a população do município está tendo acesso às diversas possibilidades de lazer. Além do fato de que existem outros conteúdos do lazer além das práticas esportivas, a existência de equipamentos e políticas públicas para o setor não garante necessariamente a vivência dos vários conteúdos do lazer pela população.

Toda e qualquer intervenção, de caráter público ou privado, deve se assentar em um conhecimento prévio da realidade. Compreender o campo social onde as práticas políticas ocorrem, delimitando seus problemas, demandas, características, bem como hábitos e atitudes de um determinado *locus* social, é condição fundamental que garante e assegura uma Política Setorial qualificada, adequada e eficaz. Portanto, diagnosticar as vivências de lazer do município de Montes Claros-MG, possibilita a elaboração de um documento capaz de subsidiar as ações futuras neste campo específico, a partir de um levantamento de hábitos sociais que permitirão o diagnóstico de demandas e necessidades.

A vivência do lazer em Montes Claros/MG

Distante 422 quilômetros da capital Belo Horizonte e segundo entroncamento rodoviário nacional, o Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas foi elevado à categoria de Vila por lei de 13 de outubro de 1831, durante a vigência dos governos regenciais (VIANNA, 1916, p. 58). Em 16 de outubro de 1832 foi instalado o município - Montes Claros de Formigas - com Câmara Municipal. No mesmo dia

elegeu-se o Agente Executivo e instalou-se o Termo, que equivale hoje à comarca. Assim, Montes Claros foi emancipado em relação ao Município de Serro, passando a ter seu próprio poder legislativo - a Câmara Municipal -, o executivo, exercido pelo Agente Executivo, e o judiciário.

Em 03 de julho de 1857, a vila Montes Claros de Formigas recebeu o título de "cidade de Montes Claros". Em 2000, o município totalizava 306.947 habitantes³, sendo o principal pólo de desenvolvimento da região Norte de Minas Gerais, que reúne 89 municípios e, pelo censo de 2000, 1.473.367 habitantes. Na estrutura produtiva da região predominou, durante séculos, a atividade agropecuária. Todavia, a partir da chamada Era SUDENE, as atividades industriais e o setor de serviços se expandiram consideravelmente, especialmente nos municípios de Montes Claros, Bocaiúva, Várzea da Palma, Pirapora e Capitão Enéas (PEREIRA, 2001, p.31).

Com um IDH estimado de 0,783 (em 2000), Montes Claros se situa abaixo da média estadual e acima da média regional que é de 0,648.⁴ Como pólo regional, com influência até o sul do Estado da Bahia, Montes Claros recebe cotidianamente populações migratórias que buscam o desenvolvimento social e humano.

Tendo o objetivo de analisar as práticas de lazer vivenciadas pela população urbana de Montes Claros, foi realizado um levantamento com a população urbana do município a partir da aplicação de um formulário. Os formulários foram confeccionados segundo a já conhecida classificação de Nelson Carvalho Marcellino dos conteúdos do lazer em seis áreas fundamentais: os interesses artísticos, os intelectuais, os físicos, os manuais, os turísticos e os sociais. A idéia central foi levantar quais conteúdos são vivenciados pela população de Montes Claros. Para coleta de dados, foi utilizada a já existente divisão da cidade em suas 12 regiões administrativas urbanas.

O universo de pesquisa foi composto pela população de Montes Claros acima de 18 anos. De acordo com dados do IBGE (2001), esta população é de 193.460 pessoas. Na impossibilidade da realização de um censo, tendo em vista o amplo universo da pesquisa proposta, os dados foram coletados em uma amostra. Nessa pesquisa a amostra foi composta por 1.070 pessoas, determinada com um alto grau de confiança (90%) e um pequeno erro amostral (2,5%). Dessa forma, os dados coletados na amostra podem ser generalizados para a população. É importante afirmar também que, antes da aplicação dos formulários, a pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética da Universidade Estadual de Montes Claros.

A vivência do lazer em Montes Claros/MG

Como apontado anteriormente, os resultados apresentados neste trabalho fazem parte de uma investigação mais ampla desenvolvida através de um projeto ainda em andamento financiado pelo CNPq que busca discutir a vivência do lazer em Montes Claros e o planejamento administrativo municipal para o setor. Neste trabalho, discutimos os dados coletados na primeira etapa da pesquisa quando foi realizado um levantamento com a população urbana da cidade sobre sua vivência de lazer. Assim, destacamos os conteúdos de lazer vivenciados ou desejados pela população, os locais existentes nos bairros da cidade para tal prática e o reconhecimento ou não de iniciativas municipais para incentivar o lazer.

³ Atlas do Desenvolvimento Humano. Fundação João Pinheiro. Disponível em www.fjp.gov.br.

⁴ Atlas do Desenvolvimento Humano. Fundação João Pinheiro. Disponível em www.fjp.gov.br.

TABELA 1

Principal conteúdo de lazer vivenciado no tempo disponível

conteúdo	%
Físico	34,4
Manual	5,3
Intelectual	14,2
Artístico	4,3
Turístico	3,7
Social	16,2
Não respondeu	21,9
Total	100

TABELA 2

Conteúdo de lazer que gostaria de vivenciar

conteúdo	%
Físico	42,7
Manual	2,8
Intelectual	4,7
Artístico	5,4
Turístico	11,0
Social	4,8
Não respondeu	28,6
Total	100

Para identificar os conteúdos de lazer vivenciados foi utilizada a clássica classificação dos conteúdos culturais do lazer de Dumazedier (1980) complementada por Camargo (1998).

As Tabelas apresentadas acima apontam a predominância dos interesses físicos. Tal dado ilustra a associação direta que comumente é feita entre o lazer e os exercícios físicos, ou de maneira mais geral, aos esportes. Entretanto, a grande ocorrência deste conteúdo não possibilita o entendimento de que ele já é satisfatoriamente presente na vida da maioria da população brasileira. Para Melo (2004), com relação aos interesses físicos, ainda há o desafio de ampliar o grau de acesso à vivência destas atividades, superando a comum prática de apenas uma atividade, além do desenvolvimento da criticidade perante a assistência a espetáculos da cultura corporal do movimento.

Destaca-se também o grande percentual no conteúdo intelectual (TAB. 1). Aqui, justifica-se tal dado pela opção de entender a prática de assistir televisão como um conteúdo intelectual. Entretanto, se observarmos que na TAB. 2 o interesse pelo conteúdo intelectual é de apenas 4,7%, podemos afirmar que esta prática se dá muito mais por falta de opção do que por opção.

A baixa porcentagem de vivência do conteúdo turístico, apesar do significativo interesse da população (11%) aponta o quão a vivência deste conteúdo é dificultada pelas barreiras econômicas. Pois, se outros interesses como os físicos, muitas vezes são mais facilmente vivenciados por todas as classes sociais (mesmo que com uma grande diferença de infra-estrutura, por exemplo), a prática do turismo acaba limitada pela impossibilidade financeira de conhecer novos lugares e diferentes culturas.

Marcellino (2002) informa que a escolha por determinada atividade e sua vivência crítica e criativa está diretamente relacionada ao conhecimento das possibilidades da prática de lazer. Ou seja, a predominância de um determinado conteúdo em detrimento a outro nas Tabelas acima pode estar relacionado ao desconhecimento da população sobre alguns conteúdos, além do não reconhecimento de determinadas atividades como sendo de lazer.

Nas Tabelas apresentadas acima, é importante destacar também a grande porcentagem de indivíduos que não conseguiram responder as questões, mesmo com a tentativa dos pesquisadores de facilitar o entendimento dos questionamentos. Para isso, foi perguntado “qual atividade de lazer o indivíduo vivenciava”; a posterior classificação em um dos conteúdos culturais do lazer foi realizada pelos pesquisadores e não pelos pesquisados. Os dados coletados permitem afirmar que apesar do termo lazer fazer parte do cotidiano das pessoas ele ainda é um conceito pouco compreendido; tal fato agrava-se se levamos em conta a importância de um entendimento do fenômeno lazer que ultrapasse a visão funcionalista tão presente no discurso oficial do Estado.

TABELA 3

Frequência aos locais de lazer que existem no bairro

Frequência	%
Sim	42
Não	58
Total	100

TABELA 4

Como se encontra a conservação destes locais

estado de conservação	%
Muito bom	20,2
Razoável	49,9
Ruim	29,9
Total	100

A democratização do acesso ao lazer passa necessariamente pela existência de locais para esta prática. Marcellino (2002) classifica os equipamentos de lazer em específicos e não específicos. Dentre os específicos, podemos citar as quadras esportivas, as praças e os teatros, por exemplo, e dentre os não específicos, a rua, a escola e os bares. Sem identificar o tipo de equipamento, este levantamento partiu da percepção da pessoa sobre o que pode ser um local para a vivência do lazer. A pesquisa apontou uma baixa frequência a estes locais (42%). Dentre as razões para este fato, encontra-se a má conservação dos equipamentos de lazer, característica apontada por quase um terço da população pesquisada.

Para Pellegrin (2004), espaços de lazer podem ser entendidos como os lugares onde se desenvolvem atividades de lazer de um modo geral. Faz referência a um lugar específico para a prática do lazer, a um determinado equipamento, ou a um dos aspectos de uma política de lazer. Com relação à sua importância, a autora afirma:

O espaço de lazer possui importância mesmo por se caracterizar como espaço de encontro, de convívio, do encontro com o “novo” e com o diferente, lugar de práticas culturais, de criação, de transformação e de vivências diversas, no que diz respeito a valores, conhecimentos e experiências (PELLEGRIN, 2004, p. 74).

A má conservação dos espaços públicos de lazer acaba desviando a função destes equipamentos. Muitos deles, inclusive, acabam tornando-se mais um problema do que uma solução, pois são utilizados muitas vezes para a prática de crimes. Além disso, a baixa frequência aos equipamentos de lazer ocorre também pois nestes locais predominam, via de regra, a ocupação de um determinado público: masculino e adolescente ou adulto. Desta forma, além da garantia da existência destes espaços (e que estejam em bom estado de conservação), é importante também a garantia de sua ocupação democrática.

TABELA 5

Percepção de alguma iniciativa do poder para a vivência do lazer

Existência iniciativa	de %
Sim	10,7
Não	89,3
Total	100

Os dados apresentados na TAB. 5 retratam a absoluta descrença no poder público como efetivo agente de garantia da vivência do lazer. Eles demonstram uma grande insatisfação com relação às políticas públicas, sobretudo municipais, de lazer.

De acordo com Carvalho (2002), políticas públicas são construções de uma coletividade para a garantia de direitos sociais. Assim, elas ultrapassam a ação do Estado, apesar de frequentemente a população delegar a responsabilidade de elaborar e executar políticas sociais aos ocupantes de cargos eletivos.

Tradicionalmente, as políticas públicas de lazer foram durante muito tempo voltadas para o esporte de alto rendimento e para a assistência a espetáculos. Porém, nas últimas décadas, observa-se uma valorização do lazer participativo, além da inclusão de segmentos populacionais no estabelecimento das ações políticas. É preciso que o crescimento das reivindicações acerca do lazer sejam acompanhadas de maior participação da comunidade na definição das estratégias de lazer que serão adotadas em todos os grupos sociais.

Considerações Finais

A vivência do lazer cada vez mais é tema central nas discussões sobre qualidade de vida e políticas sociais. Porém, frequentemente, a execução de políticas públicas na

área não é precedida de um conhecimento prévio da população sobre este importante fenômeno. Desta forma, diagnosticar as vivências de lazer de um determinado grupo é estabelecer subsídios para uma intervenção social mais qualificada.

Nos resultados parciais apresentados nesta pesquisa, ficou evidente a pouca democratização do acesso aos variados conteúdos culturais do lazer, além da descrença da população pesquisada sobre a ação do poder público na área do lazer.

Por fim, para que as políticas públicas de lazer possam realmente contribuir para o desenvolvimento pessoal e social, é necessário que elas ultrapassem a visão funcionalista e que seu planejamento e execução não estejam centrados somente na figura do Estado.

Referências

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: Especialidades e Abordagens*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 146.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 127-130.

CAMARGO, L. O. L. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.

CARVALHO, A. (Org.). *Políticas Públicas*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2002.

DUMAZEDIER, J. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

LE GOFF, J. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, A; TÉTART, P. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 93-102.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e Educação*. Campinas: Papirus, 1998

MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

MATOS, O. O direito à paisagem. In: PECHMAN, Robert M. *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

MELO, V. A. Conteúdos Culturais. In: GOMES, C. L. (Org.) *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 51-53.

OLIVEIRA, M. F. M. de; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). *Formação social e econômica do norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 2000.

PELLEGRIN, A. Espaço de Lazer. In: GOMES, C. L. (Org.) *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 73-74.

VIANNA, U. S. *Monographia do município de Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.

Endereço
Rua Carminio de Abreu, 371 apto 302
Morada do Sol
Montes Claros-MG
luciano.silva@unimontes.br

recurso para apresentação: data-show

